

APRESENTAÇÃO

Por meio dos artigos organizados neste *Cadernos Cedes*, é nossa pretensão aprofundar a reflexão acerca da educação, da sociedade e da cultura no século XIX, trabalhando temas que, no âmbito da História da Educação, façam emergir discursos e sociabilidades que se engendraram nesse período da História do Brasil. A elaboração deste número somente com artigos delimitados por uma abordagem temporal restrita ao século XIX traz uma preocupação em se recuperar e registrar aspectos do nosso passado que permanecem atuais, delimitando discursos e práticas no campo educacional, a partir de um ideário liberal que se configurou na sociedade e na educação brasileira nesse período, forjando conceitos e uma forma de percepção social que sobrevivem além de seu próprio tempo.

Legislação educacional, reformas curriculares, educação feminina, literatura e práticas de leitura, imigração, movimentos sociais, trabalho e cidadania são temas por meio dos quais pretende-se abordar a educação como um processo de formação amplo, que vai desde a escolaridade propriamente dita à formação cultural adquirida por vivências sociais realizadas coletivamente. A partir do interior desses discursos e dessas práticas e das relações que estabeleceram com o mundo cultural da sociedade novecentista, buscamos explicações e interpretações que não se limitem a uma abordagem exclusivamente economicista da História da Educação. É nossa pretensão com estes artigos aceitar o desafio de, tomando de empréstimo as palavras de Marcos César Freitas, “flagrar a subjetividade humana e percebê-la em sua materialidade, ou seja, flagrá-la como cultura”.

Os artigos que compõem esta publicação podem ser divididos em dois grupos relativamente ao espaço tomado para análise. A educação, tratada em seu âmbito institucional, caracteriza um desses grupos, abordando a formação realizada na escola propriamente dita bem como o conteúdo curricular proposto para o ensino primário a partir do final do século. A educação como uma disposição cultural, entretecida nos fazeres cotidianos que permeiam

as relações estabelecidas socialmente fora do espaço escolar, pode ser atribuída como característica de um outro conjunto de artigos.

“Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil”, de Rosa Fátima de Souza, aprecia de forma cuidadosa os pareceres de Rui Barbosa, relacionados ao ensino primário, principalmente no tocante aos métodos e ao programa escolar propostos. A relação entre ensino primário e a constituição da nação, a modernização nacional e a moralização do povo são problematizadas pela autora, assim como a ampliação do acesso das classes populares ao processo de escolarização. A análise das propostas inovadoras em relação ao currículo do ensino primário, do passado, permite à autora questionar os projetos culturais e sociais a que estão vinculados às “renovações” curriculares, encaminhadas no presente.

“Café e educação no século XIX”, de Denise A. Soares de Moura, tem como ponto de partida uma fábula popular. Analisando os estereótipos e preconceitos presentes nas propostas educativas direcionadas às crianças pobres, escravos e ex-escravos, a autora destaca a criação das escolas agrícolas. A preocupação da elite cafeeira com a educação para o trabalho marca a dicotomia entre o ensino profissional e a formação para as camadas dirigentes, principalmente a partir das últimas décadas do século XIX.

“Civilização e cultura: Paradigmas da nacionalidade”, de Regina Maria Monteiro, apresenta, por meio dos discursos presentes nos Relatórios de Instrução Pública da Província de São Paulo elaborados entre 1870 e 1889, uma análise sobre o papel atribuído à instrução pública pelas elites republicanas paulistas no sentido de que se construísse um sentimento de *pertencimento* que articulasse a idéia de nacionalidade. Civilização e cultura, em termos das filosofias positivistas, evolucionistas e liberais, seriam, então, os paradigmas adotados para a identificação do indivíduo como povo, definindo as condições necessárias para que se distinguísse como cidadão.

“Propostas de educação popular em Campinas: ‘As aulas noturnas’”, de Mauricéia Ananias, analisa, por meio de jornais e almanaques e da documentação encontrada sobre a fundação das “aulas noturnas”, mantidas pela Sociedade Propagadora de Instrução, as propostas presentes na cidade de Campinas, na década de 1870, para o estabelecimento de aulas destinadas à população pobre da cidade, no sentido de que as crianças e os adultos, ao se formarem, fossem inseridos em uma nova sociedade que se acreditava em formação. Assim, o artigo procura identificar qual a formação que as elites

cafeicultoras de Campinas propunham para essa camada pobre presente no então espaço urbano nascente.

“Germano F.E. Melcher, médico e político: Trajetória pública de um imigrante alemão no Brasil da Primeira República”, de Valquíria Messina, apresenta por meio da reconstrução da vida do médico de origem alemã estabelecido em Campinas (SP) em meados do século XIX, as possibilidades de inserção do imigrante de língua e cultura alemãs nos quadros da política campineira nesse período. Essa reflexão indica algumas pistas para se entender o papel da educação na inserção do imigrante na sociedade brasileira desse período.

“O caráter pedagógico-moral do romance moderno”, de Valéria Augusti, traz o surgimento desse tipo de literatura e a função pedagógico-moral a ele atribuída tanto na Europa quanto no Brasil, procurando evidenciar a “disputa” que se estabeleceu com a literatura prescritiva, no sentido de se proceder à moralização e à orientação da conduta social dos indivíduos.

“A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista”, de Letícia Coelho Squeff, retoma a trajetória de Manuel de Araújo Porto Alegre, como artista e diretor da Academia Imperial de Belas Artes. Nesse artigo, a relação entre educação e trabalho, tendo em vista a formação e a atuação do artista na metade do século XIX, aparece valorizada e problematizada principalmente por meio da cisão entre artífice e artista.

Gostaríamos, então, de convidar os leitores de *Educação, sociedade e cultura no século XIX: Discursos e sociabilidades*, a percorrer os artigos apresentados como quem faz uma viagem de trem ao passado, parando a cada estação-tema, para desfrutar do convívio com cada autor e sua abordagem, sem perder o contato com a realidade do presente, buscando compreender as “raízes” de muitos dos desafios enfrentados no campo educacional brasileiro, na atualidade.

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Regina Maria Monteiro